



**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

1

**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**

2

**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

3Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Primeira Reunião Ordinária do  
 4Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às  
 5quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**,  
 6Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente; **Sr. Marcos Palombine**, Representante do Secretário da  
 7Agricultura e Abastecimento; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Eduardo Osório**  
 8**Stumpf**, Representante Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Ronaldo Nery**, Representante do Secretário das Obras  
 9Públicas e Saneamento; **Sr. Luiz Valdir Andres**, Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sr. Florivaldo Pereira**  
 10**Damasceno**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sra. Rosane Heidrich**, Representante do Secretário da  
 11Saúde; **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Paulino Olivo Donatti**,  
 12Representante Suplente da FETAG; **Sr. Roberto Carlos da Silva Alves**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias  
 13Hidrográficas; **Sr. Mauro Gomes de Souza**, Representante da FEPAM; **Sra. Diara M. Sartori**, Representante do IBAMA;  
 14**Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira**, Representante Suplente do  
 15CEA; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da  
 16FARSUL; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Suplente da FAMURS. Participaram também o Sr. Rodrigo Tellechea,  
 17Comitês e Bacias; Sra. Marilene Kostelnaki, SEDAC; Sr. Alexandre Bugin, ABES; Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr. Luiz  
 18Antônio T. Grassi, ABES; Sra. Maria Isabel S. Chiappetti, FEPAM; Sr. Ivo Lessa Silveira, FARSUL; Sr. Paulo Roberto de La  
 19Rocha, Assessoria Jurídica da FEPAM; Sra. Silvana Schmidt, Ambiente Já. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mauro  
 20Gomes de Souza, Representante da FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2.**  
 21**Encaminhamento da Revisão da Resolução CONSEMA 05/98; 3. Proposta de Criação de Câmara Técnica para**  
 22**Elaboração do Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV; 4. Proposta de Reativação da Comissão**  
 23**Interinstitucional de Educação Ambiental; 5. Proposta de Decreto Instituinte do Ano de 2004 como Ano Estadual das**  
 24**Águas; 6. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Boa-tarde, Senhoras e Senhores. É um prazer estar aqui em nome do Prof.  
 25Claudio Dilda, Presidente do CONSEMA, representando e dirigindo os trabalhos, já que o Dr. Cláudio está em férias. Vamos  
 26primeiro às comunicações que foram efetivadas junto à Secretaria Executiva do CONSEMA. Recebemos Ofício n.º 07/2004-  
 27URI, que comunica que a Representante Titular da Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, Sra. Elisabete  
 28Maria Zanin, está em impossibilidade de participar desta reunião por encontrar-se em férias. Ofício 09/2004-Núcleo Amigos  
 29da Terra/Brasil, informando a impossibilidade de suas representantes, Sra. Lúcia Ortiz e Kathia Vasconcellos Monteiro, de  
 30participarem desta reunião, em razão da Titular encontrar-se em Licença Maternidade e a Suplente estar em Criciúma para  
 31participar da Audiência Pública para instalação de Termoelétrica de carvão, naquela região. O Programa Energia é uma das  
 32prioridades da Entidade, sendo o programa contra o uso do carvão mineral a principal prioridade. O Núcleo Amigos da Terra  
 33estará representado pela Geóloga Nely Blauth. Ofício Núcleo Amigos da Terra/Brasil, encaminhando o CONSEMA, para  
 34conhecimento, correspondência que foi enviada ao IBAMA, que trata do licenciamento ambiental da Rota do Sol; Ofício do  
 35Representante Titular da Instituição Universitária Pública, Sr. Sérgio Luís de Carvalho Leite, justificando sua ausência, bem  
 36como a de sua Suplente, Sra. Maria Teresa Raia Rodrigues, nesta reunião, em razão de estarem de férias nesta data;  
 37Ofício da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, comunicando a impossibilidade da participação e sua  
 38representação nesta reunião, em razão de férias do Titular e Suplente, neste período. Convite: a Secretaria Estadual do  
 39Meio Ambiente – SEMA, comunica a realização do Seminário de Capacitação para Assessor Jurídico Municipais para o  
 40Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local. Ocorrerá dentro das atividades do Projeto SIGAVRS, no dia 10-  
 41103-04, às 13 horas, no Auditório do Centro Administrativo, situado à Av. Borges de Medeiros, n.º 1.501. Ofício CERBMA  
 4207/04, diz o seguinte, dirigido ao Sr. Presidente do CONSEMA: “Prezado Sr. Presidente, o Comitê Estadual da Reserva da  
 43Biosfera da Mata Atlântica e o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem trabalhado, em consonância aos assuntos  
 44referente à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, procurando encontrar e promover a relação  
 45harmônica entre os seres humanos e a natureza. Atendendo ao que estabelece ao CONSEMA n.º 01/97, e a Lei Federal n.º  
 469.985/00, e o Decreto Federal 4.340/02, o CERBMA tem reavaliado criteriosamente alguns assuntos que afetam a RBMA, e  
 47buscado propor e subsidiar decisões da sociedade, dos governos e das diversas instâncias do Sistema Estadual do Meio  
 48Ambiente. Recentemente, em reunião realizada entre a Presidência do CERBMA e as Diretorias do DEFAP, e da  
 49DUC/DEFAP, acordamos que seria muito positivo avaliar de discutir a nova proposta de alterações, de limites e  
 50recategorização do Parque Estadual Delta do Jacuí no âmbito do CERBMA. Pois trata-se de uma zona núcleo da Reserva  
 51da Biosfera da Mata Atlântica. Dentro do acordado solicitamos ao DEFAP que submeta a proposta de alterações ao  
 52CERBMA, que prontamente será avaliado por seu grupo de trabalho sobre unidade de conservação, e discuta com  
 53profundidade na primeira reunião ordinária do CERBMA após o recebimento da proposta. Nesse sentido viemos solicitar ao  
 54CONSEMA que aguarde a tramitação desse assunto no âmbito do CERBMA antes de realizar qualquer deliberação sobre o  
 55mesmo. Temos certeza que nas considerações oriundas de integração técnica altamente qualificada entre as instituições do

56Rio Grande do Sul, que atuam na Mata Atlântica, trarão grandes subsídios ao processo. Atenciosamente, Alexandre Krob –  
57Presidente do CERBMA”. Nós recebemos, agora na reunião, mais três comunicações. Ofício do IBAMA, datado de 18-02-  
5804: Sr. Presidente, comunicamos que não poderemos participar da reunião do CONSEMA no dia 19, às 14 horas, devido ao  
59fato que estaremos participando de importante reunião com representante do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, para  
60contribuir para as discussões que serão realizadas, técnicos do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA representarão  
61este Instituto. Atenciosamente, Cecília Hypólito/Gerente Executiva do IBAMA/RS. Os dois técnicos estão presentes. Ofício  
62da Secretaria da Cultura, datado de 18-02-04: Vimos por meio deste informar a Vossa Senhoria a substituição do  
63Conselheiro Ivan Santos pela servidora Marilene Franco, que representará, esta pasta, no Conselho Estadual do Meio  
64Ambiente – CONSEMA. Cordialmente, Dr. Manoel Cláudio Rodrigues de Borba – Diretor Administrativo da Secretaria de  
65Cultura. Ofício da Secretaria das Obras e Saneamento, datado de 18-02-04: Sr. Presidente do CONSEMA, ao cumprimentá-  
66lo cordialmente vimos acusar o recebimento do convite para a 61ª Reunião Ordinária do CONSEMA, porém, na  
67oportunidade estarei impedido de comparecer. Contudo me farei representar, na reunião, por meio do Sr. Ronaldo Nery.  
68Sendo no que tinha no momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração, atenciosamente, Sr. Frederico  
69Antunes – Secretário das Obras Públicas e Saneamento; Ofício da ALGA 022/2004- Convite de parceria na realização do  
70Projeto A Sociedade Mobilizada em Defesa da Água: “Vimos, por meio desse, convidar o CONSEMA a tornar-se um  
71parceiro executor na realização do projeto A Sociedade Mobilizada em Defesa da Água, elaborado pela ALGA. O objetivo do  
72projeto A Sociedade Mobilizada em Defesa da Água é mobilizar a sociedade civil organizada, principalmente as escolas, os  
73movimentos ambientalistas artísticos e religiosos para que juntos ecoem um grito de alerta sobre os perigos da degradação  
74da água. A proposta de mobilização deverá culminar com a realização da Semana Interamericana da Água, estabelecendo  
75o real valor da água como celebração da vida, promovendo a melhoria da qualidade de vida por intermédio da educação,  
76relacionando aos aspectos a ciência, arte, religião, que unidos teremos a compreensão do sentido holístico da cultura.  
77Sendo assim, solicitamos à mobilização do CONSEMA na viabilização do projeto A Sociedade Mobilizada em Defesa da  
78Água. Para tanto, desejamos agendar uma reunião com a Presidência do Conselho para apresentação do mesmo. Seguem  
79anexas cópias de algumas partes do projeto, apresentação e metodologia. Mais os itens de agradecimentos, assina Geraldo  
80André Susin”. Também Ofício ALGA 023/2004, dirigido à Presidência do CONSEMA, solicitando divulgar, junto aos  
81Conselheiros do CONSEMA o Poema Com Pena do Rio. A referida obra é de autoria do Sr. Sebastião Teixeira Corrêa,  
82Vice-Presidente da ALGA: “Com pena do rio” foi premiado com o Primeiro Lugar Estadual no Concurso Literário da  
83Associação Literária Mário Quintana, em 2000. Essa é uma homenagem aos dez anos da Lei nº 10.350/94-Lei Estadual das  
84Águas.- Geraldo Susin/Presidente da Alga. Poema “Com pena do rio: “Olhei o rio, com tristeza, ao ver as águas tão turvas e  
85um pouco de natureza, morrendo nas suas curvas...Quem diria, que algum dia, esse rio já foi bonito; Tinha um azul de  
86poesia, mais lindo do que o infinito! Tinha peixes, que nadavam; crianças, que se banhavam, tinha vida no seu leito. Mas o  
87homem, por maldoso, por covarde e ganancioso, quis o rio em seu proveito: Despejou toda a sujeira: Lixo, esgoto, veneno.  
88Desde a foz à cabeceira... e o rio tornou-se pequeno.–Pôs entulhos nas barrancas... cortou a mata que havia; - Abriu dos  
89tanques as trancas... matou tudo o que podia; Contaminou toda's águas... descarregou suas mágoas nas correntezas do rio.  
90Foi barbárie... foi violência... foi a falta de consciência de um ser humano, vazio. Agora, que já é tarde, que o rio está  
91poluído, muita gente faz alarde, querendo tirar partido. Se faz discursos, campanhas, promessas e 'patacuadas', mas,  
92chorar o rio, nas entranhas das águas contaminadas. Depositam-se esperanças, na consciência das crianças, que 'inda  
93haverão de salvá-lo... Lava as mãos a autoridade, porque nunca, na verdade, foi capaz de respeitá-lo. Se faz, às pressas,  
94projetos, de orçamentos milionários; criam-se leis e decretos com intuítos mercenários. Se busca financiamentos na esfera  
95internacional; Mas, vergonha e sentimentos, esbarram no capital. Porém, um dia... é certeza! Será a lei da natureza nos  
96pondo contra a parede. Então, virá o momento de dor e arrependimento, na hora da extrema sede”!!! (Sebastião Teixeira  
97Corrêa – Primeiro Lugar Estadual – Concurso Literário da Associação Literária Mário Quintana – 2000). Eram essas as  
98considerações iniciais. Vamos imediatamente ao item um da pauta. **1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária do**  
99**CONSEMA.** Abro a palavra aos Conselheiros se há alguma manifestação com relação a Ata da 60ª Reunião Ordinária do  
100Conselho de Meio Ambiente. Alguns dos Conselheiros têm alguma manifestação com relação a Ata da 60ª Reunião?  
101Considerada **aprovada**, por unanimidade, deste Conselho. Vou submeter ao Conselho dois assuntos: tivemos um problema  
102importante ontem com relação à mineração de areia no Estado e precisamos criar uma Câmara Técnica Especial para esse  
103assunto. Eu precisaria tratar desse assunto enquanto há quorum. É rápido, mas se eu deixar para Assuntos gerais tenho  
104medo de não ter quorum para criar essa Câmara. E o Conselheiro Bugin está solicitando, seria o terceiro item de pauta, a  
105Proposta de Decreto para instituir o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas, que é um dos Conselheiros que precisa  
106sair mais cedo. Então, submeto aos Srs. Conselheiros se é possível incluir na pauta o item de criação de uma Câmara  
107Especial e trazer o quinto item da pauta como terceiro da pauta. Alguém se manifesta contra? **Aprovada a inversão e**  
108**inclusão da pauta.** Senhores, tivemos ontem uma reunião com o Ministério Público Federal aqui na FEPAM, o Poder  
109Judiciário publicou e suspendeu as licenças dadas pelo DNPM, aqui no rio Guaíba, nesse trecho aqui. E com isso houve a  
110suspensão das licenças ambientais, as nossas licenças ambientais são atreladas à licença do DNPM. Os mineradores, em  
111função da decisão judicial, entraram com um pedido de licenciamento por meio de um instrumento chamado guia e  
112utilização. A FEPAM fez uma verificação nesse assunto com relação a como licenciar com guias de utilização e vimos que  
113estamos sem rito administrativo para poder licenciar por meio desse instrumento. Esse rito administrativo é mais  
114corretamente dado por uma Resolução aprovada por este Conselho. Como não podemos paralisar por muito tempo a  
115mineração de areia no rio, em função das implicações relativas à construção civil na Grande Porto Alegre, estamos  
116solicitando aos Conselheiros, e podemos esclarecer melhor o assunto, solicitamos ao Conselho a criação de uma Câmara  
117Temporária para normatização do licenciamento ambiental de extração de areia com uso imediato na construção civil. Eu

118coloco em aberto a palavra aos Srs. Conselheiros. **Sr. Alexandre Bugin:** Uma pergunta, Presidente: existe uma  
119necessidade de criar uma Câmara Técnica ou, de repente, poderia ser trabalhado dentro da Câmara Técnica de Assuntos  
120Jurídicos? **Sr. Presidente:** Não. Trata-se de criar um rito de licenciamento, tipo as resoluções que tu conheces, 09 e 10 do  
121CONSEMA que caíram com a nova legislação mineral. Então, necessita-se criar um rito de licenciamento. É óbvio que essa  
122Resolução depois teria que dar uma passada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, para ver-se não há nenhuma  
123anormalidade jurídica; mas vemos que ela poderia até ir para a Câmara Técnica de Controle de Qualidade, mas se  
124mandarmos para essa Câmara já outros lá, e isso não teria agilidade necessária que o setor necessita, e que a FEPAM  
125necessita. Nós estamos com dezoito processos parados, inclusive sujeitos, senão dermos uma resposta, talvez os dezoitos  
126empreendedores vão procurar o Poder Judiciário, e aí sim começar a operar sem regras ambientais, enquanto o órgão  
127ambiental não se decide. Então, para nós seria muito mais interessante a criação dessa Câmara para tratar especificamente  
128desse assunto. **Sr. Florivaldo Pereira Damasceno:** Eu acredito, para que todos saibam, foi noticiado em 23-10-2003, onde  
129nós, pessoalmente, fizemos a apreensão de quatro dragas à noite minerando no Delta, dentre as quais três foram  
130conduzidas ao cais do porto. E um dos problemas que temos hoje é essa extração clandestina e ilegal, eu já nem considero  
131irregular, considero mais clandestina, onde esses extratores de areia têm procurado burlar todos os, inclusive usando até  
132licenças, não vou dizer falsificadas, mas com uma série de erros. Então, gostaria de esclarecer que na nossa fiscalização,  
133em conjunto com a própria FEPAM, com o próprio DNPM, sentimos uma grande dificuldade, principalmente no setor do  
134Guaíba, que já faz mais de trinta dias, que saiu essa solução do Judiciário. Então, saiu essa solução judiciária e nós, do  
135Batalhão Ambiental, estávamos esperando para intensificar a fiscalização e não permitir mais a extração de areia no lago.  
136Entretanto, com essa tua proposta, Mauro, da qual somos inteiramente a favor, desde já nos inscrevemos para participar  
137efetivamente desse trabalho, e tem que haver regras bem claras. Acho que temos que mostrar para esses possíveis de  
138licenciamentos ou dessas Entidades que estão extraíndo essa areia de forma até clandestina, que muitas vezes eles não  
139têm o conhecimento ou têm e fazem de propósito com seus técnicos, e fazem da forma mais bruta de graduação que temos  
140no Delta e nos locais inclusive onde estão sendo licenciados. Para finalizar, só para dar um exemplo, em um domingo, à  
141tarde, um pouco abaixo de Gen. Câmara, às três horas da tarde, eu pessoalmente abordei uma draga que estava  
142minerando quando avistei há cinco metros da barranca. E naquele momento que nos avistou não tivemos como flagrar que  
143ele estava dragando. Começou a andar e quando chegamos há estava há cinqüenta metros da barranca. Então, acho que  
144temos que ter regras mais severas e a parte administrativa carece de regramento. Esse é um grande problema que temos,  
145e a preocupação é que se tenha uma parte administrativa mais forte no sentido de apreender a embarcação, não liberar,  
146somente liberar quando estiverem todas as condições cumpridas, tanto no setor navegação, tanto no setor de salvatagem,  
147tanto no setor de tripulação, enfim, todas as regras que são necessárias para que se tenha um trabalho sério e eficiente.  
148Então, esse regramento, acredito que essa Câmara viria bem ao encontro das necessidades que temos hoje, de esclarecer  
149como penalizar esses infratores ambientais. **Sr. Presidente:** Apenas para complementar as palavras do Maj. Pereira: a  
150FEPAM tem procurado não fazer normas próprias junto à FEPAM. A FEPAM tem procurado respeitar o sistema, pelo menos  
151a atual Direção, o Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Nós até poderíamos fazer uma proposta temporária de  
152licenciamento por meio de uma portaria ou do Diretor-Presidente, do Secretário, mas preferimos respeitar o Sistema  
153Estadual de Meio Ambiente em fazer as normas todas por Resolução do Conselho. Assim como foram feitas outras normas  
154ano passado, procuremos sempre respeitar e fazer as normas por meio deste Conselho. A palavra continua à disposição. A  
155FEPAM sugere que pelo menos a Secretaria de Minas e Energia e Comunicação, a SEDAI, o setor universitário tem muitos  
156assuntos nessa região, inclusive tese de doutorado e mestrado nessa região. E a própria FEPAM participa dessa Câmara  
157temporária, e estamos sugerindo como Entidades convidadas, obrigatoriamente, o DNPM, que é o órgão que faz o registro  
158minerário, e o Ministério Público Federal e Estadual para consolidarmos adequadamente isso, porque os dois Ministérios  
159têm acionado freqüentemente a FEPAM, o DNPM e a própria Brigada Militar para ações na área. O Ministério Público tem  
160um amplo conhecimento da legislação que rege esse assunto. Não sei se as Entidades concordam, ou se alguma outra  
161Entidade representada aqui no Conselho gostaria de participar dessa Câmara temporária. A palavra está à disposição. **Sr.**  
162**Alexandre Bugin:** Sr. Presidente, como Entidade convidada, a ABES teria interesse em participar, até pela minha formação  
163nessa área de mineração ambiental. E eu sugeriria, aí acho que teria que submeter à Presidência, a Entidade que hoje não  
164se faz presente; mas entendo que como envolve a responsabilidade técnica de profissionais, também por essas empresas,  
165entendo que a Sociedade de Engenharia talvez seja uma das Entidades também, porque o CREA não está presente no  
166Conselho. Então, por meio da Sociedade de Engenharia talvez seria uma Entidade. Acho que deve ser, porque envolve  
167profissionais. **Sr. Presidente:** Os Srs. Conselheiros que aprovam a criação da Câmara Técnica Temporária com os  
168membros que foram citados, por favor, manifestem-se os favoráveis. Está em votação, Srs. Conselheiros favoráveis  
169(Quatorze votos). Os que são contra a criação da Câmara. Alguém se abstém? **Aprovado** por unanimidade. A Secretaria de  
170Minas e Energia, SEDAI, Universidade, FEPAM. As duas universidades, na realidade, a pública e a privada têm trabalhos na  
171área, a UNISINOS tem bons trabalhos na área, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem bons trabalhos na área.  
172Não sei, deixaria à decisão da universidade, poderia ser as duas também. E mais a ABES e o CREA. Com a aprovação da  
173inversão de pauta, solicito a Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Os Senhores  
174receberam o material na pasta sobre esse assunto. Passo a palavra ao Eng. Bugin para e faça a manifestação com relação  
175a esse assunto. **5. Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Sr. Alexandre**  
176**Bugin:** Eu só vou fazer a introdução. Na verdade, a ABES é uma Entidade que vem trabalhando muito ativamente nessa  
177questão da água, desde a criação da Semana da Água no Estado, foi a Entidade que promoveu desde o início, e nós temos  
178tido uma atuação muito forte dentro dos comitês de bacias. Temos uma Câmara Técnica que trata somente das questões  
179que envolvem recursos hídricos. E uma das pessoas que fazem parte, talvez seja um dos nomes mais conceituados e

180experientes no Estado, foi um dos mentores do próprio sistema, que é o Luiz Grassi, que está aqui presente, é o nosso  
181Coordenador da Câmara Técnica. Então, ele é o mentor dessa proposta do ano das águas e a idéia hoje é fazer um  
182apresentação rápida para ele apresentar como está sendo trabalhado e como está em andamento no Estado. **Sr. Luiz**  
183**Antônio Grassi:** Boa-tarde a todos. Nós, na Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES, onde surgiu essa proposta,  
184diz que o ano de 2004 seja declarado o Ano Estadual das Águas. Essa proposta teve, como mote, o fato de que neste ano  
185se comemora os dez anos da Lei 10.350, de 30-12-94, que foi a lei que criou o Sistema de Recursos Hídricos do Rio  
186Grande do Sul. Essa lei, na verdade, vem cumprir um preceito constitucional, o art. 171, da Constituição do Estado, que  
187definia a obrigatoriedade de ser instituído um Sistema Estadual de Gestão das Águas. Então, a Lei 10.350/94, a Lei das  
188Águas do Rio Grande do Sul, neste ano de 2004 cumpre o seu décimo ano, e cumpre já com um saldo bastante positivo.  
189Acredito que os Conselheiros do CONSEMA tenham um conhecimento da lei, em todo o caso, quem não teve o texto da lei  
190pode procurá-la junto ao site da Secretaria de Meio Ambiente, do Conselho de Recursos Hídricos. Ainda existem alguns  
191exemplares da legislação incluindo a lei, mas já são poucos. Então, o mais oportuno seria procurá-lo no site da Secretaria  
192de Meio Ambiente. Essa Lei 10.350/94 institui o sistema, estabelece os instrumentos de gestão e começa estabelecendo os  
193princípios e diretrizes; ou seja, a parte normativa dessa lei. E depois a parte administrativa que é o sistema com todos os  
194seus elementos, o Conselho de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias, o Departamento de Recursos Hídricos, as  
195agências de regime demográfico, que é o único elemento do sistema ainda não criado pelo Governo, e a Fundação  
196Estadual de Proteção Ambiental que já preexistia integrada ao Sistema de Gestão das Águas. E estabelece os instrumentos  
197de gestão também. Estão faltando ali os instrumentos de planejamento, o plano de bacias, o plano estadual e os  
198instrumentos operativos, a outorga, a cobrança pelo uso da água e o rateio de custos. E ainda a lei define as três regiões  
199hidrográficas do Rio Grande do Sul. Hoje em dia temos dos 25 comitês previstos, a maioria já instalada, funcionando, e  
200temos os outros já em fase de implantação. Paralelamente, tivemos conhecimento também, isso já depois de começado o  
201encaminhamento da proposta do Ano Estadual das Águas, um fato que vem muito ao encontro dessa proposta, que a 58ª  
202Assembléia da ONU aprovou a instalação do Decênio Internacional – Água para a vida, a partir de 2005, com início no dia  
203mundial da água, 22-03, do ano que vem. Naturalmente, como decênio vai até 2015. É uma tentativa talvez de recuperar um  
204pouco o anterior decênio das águas, que foi praticamente perdido, que não revelou grandes avanços, que se deu na década  
205de 90. Então, esse é outro fator. Agora, o que também originou, deu bastante alento a essa proposta foi a experiência que  
206temos no Rio Grande do Sul com a Semana da Água, que se realiza todos os anos, em outubro, em outubro do ano  
207passado foi a décima semana. Nós temos, e para quem quiser, a ABES tem disponível o livro comemorativo dos dez anos,  
208da Décima Semana Água, e essa semana originariamente é uma semana interamericana, aliás, é o Dia Interamericano da  
209Água, que foi proposto e criado no Congresso da Associação Interamericana de Gerência Sanitária, ao qual a ABES é  
210filializada como o braço brasileiro, e assumida pela Organização Pan-americana da Saúde, portanto, sob a exegese da própria  
211ONU. Esse Dia Interamericano foi criado coimo sendo o segundo sábado de outubro. No Rio Grande do Sul, que é o único  
212Estado brasileiro onde essa iniciativa surtiu efeito, está sendo atualmente proposta para se ter extensão nacional, a ABES  
213do Rio Grande do Sul está propondo que ela tenha extensão nacional, no Brasil. E no Rio Grande do Sul, particularmente, o  
214Dia Interamericano da Água teve uma extensão, passando a ser a Semana Interamericana da Água. E atualmente ela  
215envolve centenas de Entidades, tanto oficiais, ou ONGs e outras Entidades no Estado com mais de um milhão de atividades  
216ao longo dessa semana, na semana do mês de outubro. E a partir de 2001 foi oficialmente instituída como Semana  
217Estadual da Água. Então, essa experiência gaúcha com relação à conscientização sobre a questão, a problemática da água,  
218não só da problemática, mas das soluções para a questão da água, ela incentivou, então, a ABES a propor o Ano Estadual  
219das Águas. Então, a Semana Interamericana da Água, a inspiração para o ano baseou-se na experiência da semana e a  
220idéia é que o Ano Estadual das Águas tenha um pouco a mesma feição, ou seja, parceria de todas as entidades, sejam  
221públicas, oficiais, organizações da sociedade, das universidades ou de outras instituições de ensino, enfim, parceria com  
222todas as entidades interessadas na questão das águas. Descentralizada: a Semana da Água, a experiência da Semana da  
223Água, que esse ano será a décima primeira, é uma experiência totalmente descentralizada, ou seja, qualquer entidade, em  
224qualquer município, ou qualquer setor da sociedade do Rio Grande do Sul organiza as suas atividades numa determinada  
225semana de outubro em que, digamos assim, o único laço que existe é uma organização para não haver coincidência de  
226grandes eventos e dentro de algum tema mais ou menos comum, mas com ampla liberdade de organização. A base é  
227exatamente essa base que parece que está surgindo na nossa sociedade de atos, de ações, de iniciativas descentralizadas,  
228autônomas, mas com algum laço em comum que é comum dizer-se sistema de rede e claro que a realização anual da  
229semana da água. Então, no caso do ano das águas a idéia é que as duas primeiras características fossem mantidas. Então,  
230isso tudo nos leva a essa proposta do Ano Estadual das Águas. Agora já tivemos uma reunião no dia 28 de janeiro, quando  
231foram convidadas muitas entidades e cerca de 15 compareceram e foi aceito pelas entidades, aprovado pelas entidades  
232participantes, a essência da proposta em que o tema central desse Ano Estadual das Águas seja a proteção no sentido de  
233conservação, preservação, recuperação, das águas da natureza, dos mananciais, ou seja, dos rios, dos lagos, da água  
234subterrânea em conjunto no espírito da Lei 10.350 que abrange toda a manifestação da água na natureza, ou seja, é  
235importante que no Ano Estadual das Águas faça-se distinção entre os usos setoriais, os interesses setoriais e aquilo que é a  
236origem da possibilidade do uso da água como recurso para as atividades humanas, ou seja, os mananciais, as fontes, as  
237origens da água da natureza. Estamos procurando fazer, já no lançamento do ano, essa distinção para que cada setor  
238possa aproveitar e trazer à tona os seus interesses, os seus assuntos, que são muito importantes como, por exemplo, a  
239questão da água potável, a questão da gestão da água potável, mas não confundir e manter como tônica básica do Ano  
240Estadual das Águas a indicação de solução para a problemática geral das águas que é a gestão nos recursos hídricos, hoje  
241em dia aceita em todo mundo por todas as orientações filosóficas, ou doutrinárias. Então, esse seria o tema central. Como

242metas a atingir, no Ano Estadual das Águas, estamos propondo aumentar a consciência da sociedade sobre a importância  
243ambiental e social da água, promover o conhecimento do sistema de gestão das águas, esse sistema instituído pela Lei  
24410.350, que tem valiosíssimas experiências, mais de 500 entidades, hoje em dia, em todo o Estado, participantes e que  
245ainda é pouco reconhecida ou até contestada em muitos setores da sociedade ou até de órgãos que tem relação com a  
246questão. Promover o conhecimento, reforçar a atuação dos Comitês de Bacias que são o coração dessa experiência de  
247gestão e obviamente que quando se fala em promover o conhecimento reforçado da atuação trata-se também de sanar as  
248deficiências, melhorar, reforçar e aperfeiçoar essa experiência e também suprir as deficiências que o Governo do Estado, os  
249governos têm tido com relação aos próprios Comitês, seja de manutenção, material, seja de assessoramento e reforço  
250técnico. Ainda impulsionar a criação dos organismos técnicos financeiros de apoio aos Comitês que é a grande lacuna do  
251sistema de gestão dos recursos hídricos. passa os governos e desde 94 não tem havido avanços na implantação dessas  
252agências técnicas, nada a ver com agências reguladoras, mas agências técnicas de assessoramento dos Comitês, o braço  
253técnico da gestão, e avançar na implantação dos instrumentos de gestão, ou seja, o enquadramento dos corpos de água, os  
254planos de bacias, o plano estadual, a outorga do uso da água, a cobrança do uso da água, como instrumentos fundamentais  
255e sem os quais tudo não passa de palavrório, sem os instrumentos implantados teremos ainda sempre conversa. O  
256desenvolvimento do ano, para finalizar. Então, temos primeiro linhas de ação proposta, linhas de ação no terreno  
257educacional, junto às escolas, junto à educação formal assim como junto da educação informal, as ONGs que tratam de  
258educação. Todas as entidades que tratam de educação, ao longo desse ano, desenvolverem programas, iniciativas, vocês  
259têm no texto algum desenvolvimento maior sobre isso aí. Na linha de comunicação é o esforço de fazer chegar aos nossos  
260veículos e a todos os meios de comunicação social, ou também na comunicação privada a questão da água que é muito  
261mal tratada ou até desconhecida por esses meios. Temos tido avanços com relação a isso, mas há muito a fazer. Então, é a  
262oportunidade de que a questão das águas também seja pauta dos veículos de comunicação, ou eles também ficarão para  
263trás num assunto que, sem dúvida, vai fazer parte do cotidiano dentro de alguns anos porque é um problema que vem  
264chegando ao interesse de todos. Numa linha também de manifestações artístico-culturais, ou seja, que a questão das águas  
265não só tenha nos meios artísticos, seja dos espetáculos como teatro, música, como também nas artes plásticas, tenham  
266veículos para a discussão, para expressão, para conscientização, como também venha a ter nesses meios artísticos a  
267consciência sobre a importância do tema. Na mesma linha, manifestações sociais e comunitárias, ou seja, a idéia de que  
268surja uma verdadeira constelação muito grande de iniciativas das ONGs, das sociedades, enfim, de toda a sociedade  
269organizada e já temos diversos indicativos, temos já resposta de interesse em promoções que serão feitas pelo Lyons Club,  
270por exemplo, pela FIERGS, pela FAMURS e outras entidades, inclusive nos meios comunitários das associações de  
271moradores de bairros, de sindicatos, que esse ano aproveitem para juntar-se na promoção desse tema. Manifestações  
272religiosas e aí surge, a partir do conhecimento que temos, de que esse ano a Campanha da Fraternidade, da CNBB, da  
273Igreja Católica, vai trabalhar durante todo o ano com o tema água. Mas, obviamente, que todas as denominações religiosas  
274estão sendo instadas também a trabalhar e há indicativos de que outras correntes, por exemplo, das religiões afro-  
275brasileiras também estão interessadas em fazer promoções nesse sentido. Com relação as manifestações religiosas é  
276importante frisar o caráter simbólico que tem o tratamento do tema no caso dessas manifestações, seja para aqueles  
277crentes ou não crentes, mas de qualquer maneira a importância simbólica que a água tem até como maneira de chegar a  
278consciência coletiva. Finalmente, a ação parlamentar e ação governamental de tentar levar e também já foram feitos  
279contatos e há uma boa receptividade, por parte da Assembléia, mas fazer com que nossos deputados tomem consciência  
280daquilo que eles mesmos aprovaram em outras legislaturas, mesmo sendo outras pessoas, mas o mesmo poder aprovou a  
281Lei 10.350 de 1994. Provavelmente haverá sessões especiais, ou manifestações na Assembléia Legislativa e tivemos  
282conhecimento, independentemente, acho que é uma coincidência, que o Deputado Covatti apresentou a proposta, no início  
283dessa Sessão Legislativa, da criação de uma Comissão Especial das Águas tratando, particularmente, do Aquífero Guarani.  
284Então, tudo está vindo ao encontro dessa iniciativa e ação governamental, ainda para completar, no sentido não só do  
285governo estadual dar apoio, até prover de recursos aos atos do Ano Estadual das Águas, mas também tomar as iniciativas  
286que lhe competem como, por exemplo, a criação das Agências de Bacias Hidrográficas e a manutenção dos Comitês de  
287Bacias. Um segundo ponto, do desenvolvimento do ano, são os eventos que já estão programados que no caso do Rio  
288Grande do Sul coincide, até por coincidência, uma série de acontecimentos no terreno dos recursos hídricos. Primeiro,  
289temos o Dia Mundial das Águas, que é o primeiro grande evento que se propõe, teremos uma reunião agora dia 2 de março  
290para já tratar de promoções na linha descentralizada e autônoma com relação ao Dia Mundial da Água. Já existe uma  
291proposta que a FAMURS encampou de que todas as escolas das redes municipais, pelo menos, tratem, no Dia Mundial da  
292Água, 22 de março, da questão. Em abril teremos o Encontro Estadual dos Comitês de Bacias, todos os Comitês de Bacias  
293do Rio Grande do Sul têm um encontro programado para abril. O mais importante é o 6º Encontro Nacional de Comitês de  
294Bacia, que será em Gramado com o patrocínio dos Comitês de Bacias do Rio Grande do Sul e será de 6 a 10 de junho.  
295Então, estarão todos os Comitês do Brasil reunidos, são mais de 100 Comitês de Bacias hoje em dia no Brasil reunidos  
296também aqui no Rio Grande do Sul. A Semana do Meio Ambiente, que ocorre todos os anos, mas a proposta é que esse  
297ano dê uma ênfase especial para a questão das águas. A Semana da Primavera, o Dia da Árvore, enfim, aquelas  
298comemorações que se faz na entrada da primavera e que são oportunidades também para a retomada desse tema e acima  
299de tudo a Semana da Água, de outubro, que procurará ter um realce especial, essa 11ª Semana da Água. Temos ainda,  
300provavelmente em novembro, amanhã estará havendo uma reunião preliminar, mas provavelmente em novembro o 2º  
301Fórum Internacional da Água que o primeiro aconteceu no ano passado, em outubro, mas mais provável que seja em  
302novembro desse ano na PUC promovido pela ARI esse fórum, ARI, ABES e outras entidades e finalmente no dia 30 de  
303dezembro o aniversário da lei. A terceira parte do desenvolvimento, a terceira, claro que ainda temos já promovido por

304outras entidades, independentemente do ano, mas que poderão integrar-se, poderão ser aproveitadas nas atividades do  
305ano estadual das águas, a campanha da fraternidade, teremos uma Simpósio Regional da Associação Brasileira de  
306Recursos Hídricos em Santa Maria, um simpósio que vai reunir os Estados do Sul, teremos ainda um Simpósio Nacional  
307sobre o uso da água na agricultura que será em setembro, isso tudo atividades promovidas por outras entidades, e ainda  
308tomamos conhecimento de um encontro nacional de prática de navegação. Então, o terceiro item do desenvolvimento  
309seriam aquelas atividades regionais que procurarão ser incentivadas por municípios, por bacias hidrográficas, naturalmente  
310com a participação, a iniciativa dos Comitês de Bacias como já está programado dia 17 de março, entre 17 e 22 de março  
311uma grande atividade na Bacia dos Sinos aproveitando o aniversário do Comitê e o Dia Mundial das Águas. Então, é essa aí  
312a proposta que a ABES está trazendo, levamos ao Secretário do Meio Ambiente, consta, segundo o Secretário Wenzel, que  
313um decreto já está pronto para ser assinado, achamos que já está atrasado, porque o ano já está entrando e está mais do  
314que na hora, se o Estado realmente quer oficializar é preciso que seja feito o mais rápido possível. Então, estamos trazendo  
315essa proposta à consideração do CONSEMA. Estamos à disposição. **Sr. Presidente:** Peço esclarecimento do Grassi ou do  
316engenheiro Bugin. O Conselho de Recursos Hídricos não mandou uma proposta no mesmo sentido para o Governo do  
317Estado? **Sr. Luiz Antônio Grassi:** Consta que apresentamos para o Secretário Wenzel e o Secretário levou ao Conselho. O  
318Conselho foi favorável pela manifestação, só que a reunião única do Conselho de Recursos Hídricos que houve foi uma  
319reunião extraordinária com pauta fechada, foi tratado de um assunto específico exclusivamente. Então, não houve votação,  
320houve sim manifestação praticamente unânime, dos que estavam lá, nenhuma contrariedade, mas não houve uma Moção,  
321não houve uma Resolução do Conselho de Recursos Hídricos. **Sr. Presidente:** A palavra encontra-se com os Conselheiros,  
322temos uma proposta da ABES para a criação do ano de 2004 como o Ano Estadual das Águas e a palavra está com os  
323Conselheiros. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Representando o Senhor Secretário de Estado, que está impossibilitado  
324de estar presente, desejo congratular-me com a proposta da ABES e agregar a informação de que é fato que o Secretário,  
325como Presidente do Conselho de Recursos Hídricos, recebeu a proposta e, em recente reunião no gabinete do Senhor  
326Vice-Governador, na qual foram tratadas questões inerentes à própria área de recursos hídricos, o tema foi levantado.  
327Sabedores que estava em via de realizar-se essa reunião do CONSEMA, e dada a própria circunstância já explicitada pelo  
328orador que me antecedeu, foi sugestão nossa, à presidência da ABES, que trouxesse essa proposta ao Conselho Estadual  
329do Meio Ambiente. Sendo, portanto, essa aprovada neste dia, ainda hoje mesmo será encaminhada ao Sr. Governador. Ou  
330seja, no momento em que a idéia é encampada pelo CONSEMA, já tendo havido essa manifestação do Conselho de  
331Recursos Hídricos, entendemos que o peso do pleito é maior. É da nossa percepção, da conversa com o Senhor Vice-  
332Governador, que este tem interesse em levar ao Governador do Estado essa sugestão, já que é uma idéia muito bem  
333aceita. Então, estaria bastando, para nós, a deliberação de hoje, para ser imediatamente aberto o processo. E amanhã, em  
334audiência com o Senhor Vice-Governador, será entregue a ele, para encaminhamento imediato à Subchefia da Casa Civil  
335para Assuntos Legislativos. Naturalmente que há uma série de metas que foram propostas na exposição oral aqui feita, e o  
336que pressupõe a participação de vários parceiros. Tem algumas questões que dizem respeito à SEMA e que procuraremos  
337implementar na medida das nossas disponibilidades orçamentárias, ou com algum outro recurso que possa ser  
338eventualmente suplementado de fontes que ainda não temos claras. Mas há predisposição da Secretaria de aparceriar-se  
339nesse empreendimento. Naturalmente que o Legislativo também conta com orçamentos que podem ser disponibilizados, da  
340mesma forma que o conjunto dos parceiros que aqui foram referidos. Então, uma vez aprovada a proposta por esse  
341Conselho, será formalmente encaminhada como uma proposição do Conselho Estadual do Meio Ambiente ao Senhor  
342Governador do Estado. **Sr. Presidente:** A palavra continua à disposição. Então, vamos colocar em votação. Acredito, Dr.  
343Cunha, que na forma de **Moção ao Governo do Estado decretando o ano de 2004 como Ano Estadual das Águas**. Os  
344Conselheiros que aprovam, por favor, manifestem-se: **16 (dezesseis) votos favoráveis**. Os Conselheiros que se abstêm,  
345por favor, manifestem-se. Conselheiros contrários a Moção, por favor, manifestem-se. **Aprovada, por unanimidade. 2.**  
346**Encaminhamento da Revisão da Resolução CONSEMA 05/98:** **Sr. Presidente:** Os Senhores receberam uma cópia. A  
347presidência do CONSEMA acredita que essa revisão tenha que ser encaminhada para duas Câmaras, a Câmara de Gestão  
348Compartilhada Estado-Municípios e a Câmara de Assuntos Jurídicos, ao mesmo tempo. A palavra está à disposição dos  
349Conselheiros manifestarem com relação a essa proposta de Resolução de faz modificações na Resolução 05/98. Não  
350havendo manifestação de nenhum Conselheiro. Vai-te manifestar, Eduardo, sobre esse assunto? Por favor. **Sr. Eduardo**  
351**Osório Stumpf:** Seria possível a FEPAM dar uma mínima explicação do que está envolvido? Eu sei, mas talvez só  
352harmonizar os Conselheiros o que estamos fazendo na tabela, reajustando. **Sr. Presidente:** Já aproveita e faz. **Sr. Eduardo**  
353**Osório Stumpf:** O que a FEPAM está fazendo é procurando atender os pleitos dos municípios e as próprias adequações  
354em vista que essa Resolução é de 1998, nesse tempo de 1998 a diante a própria FEPAM mudou várias classificações de  
355empreendimento de porte ou de potencial. Então, ficaram tabelas da FEPAM com uma certa característica, a tabela  
356municipal com outra característica. Então, essa tabela está tentando harmonizar o licenciamento municipal em termos de  
357porte e de potencial, levantando alguns portes para os municípios que a FEPAM assim entendi e estendendo vários portes e  
358retirando outros. Basicamente, é isso. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Aqui no item onde diz "aves de corte até 12 mil". Não sei  
359se posso colocar. **Sr. Presidente:** Na verdade, isso está indo para as Câmaras para revisão. Não sei se valerá a pena  
360começarmos a discutir itens da norma. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** O item é muito baixo, 12 mil aves. Hoje todas as  
361integradoras querem 28 mil aves no mínimo num aviário. Então, o município não iria licenciar a avicultura. **Sr. Presidente:**  
362Diria que cabe agora as entidades, aqui representadas, darem uma olhada, principalmente os empresários e os municípios  
363que vão ter que licenciar. Então, darem uma boa olhada nessa tabela e nas duas Câmaras, mas, principalmente, na  
364Câmara de Gestão Compartilhada tratem desse assunto para trazer as modificações necessárias ao Plenário. Acredito  
365que não há tempo hábil e nem condições de nessa reunião discutir-se esses portes, até porque é uma questão técnica onde,

366por exemplo, na área de agricultura quais são os portes econômicos adequados que estão sendo trabalhados. Mas, fica  
367como sugestão do Conselheiro a revisão da questão da avicultura. Mais alguma manifestação? **Sr. Valtemir Goldmeier:**  
368Gostaria de manifestar, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, parabenizar o Conselho por estar trazendo esse assunto  
369como pauta porque é uma antiga reivindicação desde que saiu a Resolução 05/98, desde que os municípios começaram a  
370municipalizar, houve alguns pequenos problemas de porte e de potencial poluidor. Então, primeiro, gostaria de colocar que  
371vem ao encontro a uma reivindicação dos municípios do Rio Grande do Sul de trabalharmos essa revisão. Gostaria apenas,  
372Senhor Presidente, de colocar que entendo que essa proposta que está sendo entregue é uma sugestão e que ela vai ser  
373trabalhada na Câmara Técnica e gostaria de fazer um apelo para que o trabalho no Conselho depois, na Plenária, fique  
374mais fácil. Então, fazer um apelo que todos que queiram opinar sobre esse assunto, que participem das Câmaras Técnicas  
375onde o assunto vai ser discutido, para que possamos chegar aqui com o assunto realmente discutido e não discutir da  
376Câmara Técnica que vai levar, provavelmente, dois, três, quatro meses para ser feito isso e depois chegarmos em Plenário  
377e rediscutirmos um assunto que tecnicamente vai ser discutido na Câmara Técnica. Então, um pedido especial a todas as  
378entidades, lá na Câmara Técnica vai ser discutido item por item, se é 12 mil frangos, se é 30 mil, se é 5 mil, o tamanho de  
379um açude que o município vai poder licenciar ai ser de até 5 hectares, de 3 hectares, ou se vamos inventar uma  
380diferenciação eventual de zona urbana, ou dentro de zona que está próximo a áreas de proteção permanente. Então, faço  
381um apelo a todas as entidades que se interessem por esse assunto para que participem das Câmaras Técnicas porque o  
382que temos visto em relação a municipalização é que na Câmara Técnica fizemos uma discussão técnica, votamos, as  
383pessoas vêem e trabalham o assunto e depois chega no Conselho, aqui na Plenária, e há toda uma nova discussão por  
384falta de esclarecimento. Então, inclusive pessoalmente, em nome da FAMURS, vou levar essa lista para todos os 78  
385municípios que estão municipalizados e inclusive aqueles que estão em processo, que tenho a listagem, e vou pedir para  
386eles opinarem e vou trazer a opinião dos municípios pela FAMURS. Então, sugiro que as ONGs e as outras entidades que  
387participam do CONSEMA façam a mesma coisa, tragam a sua lista de sugestões. Então, é um apelo de quem trabalha nas  
388Câmaras Técnicas e que, às vezes, sentimo-nos um pouco desvalorizados até porque nem todo mundo vai na Câmara  
389Técnica e depois quando chega no CONSEMA há um problema de ato e falta de esclarecimento. Então, era só isso,  
390Senhor Presidente. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheiro. Algum outro Conselheiro deseja manifestar-se sobre o assunto?  
391Vou poupar a nossa Secretária Executiva e vou começar a votação ao contrário. Algum Conselheiro é contra o  
392encaminhamento da Resolução para as duas Câmaras, de Gestão Compartilhada e Assuntos Jurídicos? Algum Conselheiro  
393Abstém-se? **Aprovado**, por unanimidade, o **encaminhamento da proposta à Câmara de Gestão Compartilhada Estado-**  
394**Município e a Câmara de Assuntos Jurídicos.** **Sr. Valtemir Goldmeier:** Só gostaria de pedir que no documento que for  
395para a Câmara Técnica, pedindo em nome dos municípios, que seja pedido prioridade à Câmara Técnica em relação a esse  
396assunto porque, às vezes, há uma série de outros assuntos que são encaminhados a Câmara Técnica e como esse  
397assunto realmente é uma reivindicação antiga dos municípios, se olhar desde 2001 temos correspondências ao CONSEMA,  
3982002, 2003 também. Então, vou pedir a gentileza que no encaminhamento da Presidência do CONSEMA pela Secretaria  
399Executiva, seja colocado para a Câmara Técnica que desse prioridade e esse pedido e a análise dessa solicitação.  
400Obrigado. **Sr. Presidente:** A observação da FAMURS pode ser encaminhada para às Câmaras Técnicas. **Sr. Marcos**  
401**Palombine:** Eu não tive oportunidade de ler todo o documento, li agora rapidamente, por isso estou perguntando. Mas,  
402perguntaria se está previsto casos em municípios onde a bacia de capacitação é cortada por uma BR? **Sr. Presidente:** Não  
403tratamos desse assunto ainda, essa é outra Resolução que vamos tratar em assuntos gerais. O Dr. Palombine está  
404referindo-se a uma proposta de Resolução que os Senhores receberam e que não constava na pauta, mas vamos discutir  
405em assuntos gerais daqui a pouco. **3. Proposta de criação de Câmara Técnica para elaboração do Plano de Controle**  
406**da Poluição Veicular- PCPV:** **Sr. Presidente:** Não vou ler todo o documento, mas para que se possa implantar no Estado  
407o Programa de Controle da Poluição Veicular, ou seja, emissão de gases de veículos e paralelamente se possa implantar  
408no Estado também o Programa de Segurança Veicular, ou seja, questões de amortecedor, freio, pneu, luzes. Vários  
409Estados tentaram implantar só o PCPV, só o Programa de Controle de Poluição Veicular, mas deu problema, não dava para  
410oferecer o controle de poluição veicular sem que tenha certeza que o veículo saia com freios em condições, não dá para  
411fazer só uma coisa ou só outra, fica muito difícil aceitarmos que um carro seja visto sobre o ponto de poluição do motor e  
412saia em más condições mecânica de um centro de avaliação. Mas, seja como for, para fazer as duas coisas, o Estado  
413precisa implantar um plano de controle da poluição para veículos em uso. A FEPAM já fez uma proposta preliminar sobre  
414esse assunto para enviar para a Câmara, precisa ser complementada essa proposta por alguns outros organismos do  
415próprio Governo do Estado e principalmente pelos municípios que têm uma grande participação nesse assunto. Então, esse  
416é o momento de se discutir isso. Existe uma lei no Congresso Nacional que disciplina esse assunto e deve ser aprovada  
417talvez ainda nesse primeiro semestre, porque a lei atual está muito defasada, muito ruim. Então, estamos submetendo aos  
418Senhores Conselheiros a proposta da criação da Câmara Técnica visando à elaboração do Plano de Controle da Poluição  
419de Veículos em uso, PCPV no Rio Grande do Sul. Como proposta, ou como recomendação seria interessante a  
420participação, nessa Câmara, da FEPAM, da Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicação, da Secretaria de  
421Educação, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, pelo CIENTEC, que inclusive há um programa, um laboratório de poluição  
422veicular, de controle de veículos, a Secretaria de Segurança Pública principalmente via DETRAN e da própria Brigada  
423Militar, a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Transportes que não faz  
424parte do CONSEMA, mas seria convidada, a FAMURS e ainda a convite o Ministério Público, pelo menos o Estadual. Essa  
425seria a recomendação da FEPAM com relação à composição dessa Câmara Técnica para elaboração do PCPV. Coloco a  
426palavra à disposição dos Conselheiros. **Sra. Diara Sartori:** Sou funcionária do IBAMA, do Núcleo de Educação Ambiental e  
427só gostaria de manifestar o interesse do IBAMA em participar dessa Câmara Técnica também. **Sr. Presidente:** Ok. A

428 palavra está à disposição. **Sr. Clóvis Zimmer:** A FIERGS também manifesta interesse em participar indicando o IGEA -  
429 Instituto Gaúcho das Empresas Automotivas. **Sr. Presidente:** Faça a manifestação, por favor. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em  
430 nome da FAMURS, quero dizer que apóio a criação da Câmara Técnica e apenas sugiro que a Conselho Regional de  
431 Engenharia também participe da Câmara Técnica. Também gostaria de fazer um pedido, isso vou encaminhar na próxima  
432 reunião já que o assunto está sendo colocado hoje, de uma Moção do nosso Conselho no sentido de que em nível nacional,  
433 com a criação do Ministério das Cidades, lamentavelmente o DENATRAN ficou um braço do Ministério das Cidades e não  
434 ficou no Ministério dos Transportes e isso tem trazido uma série de dificuldades para os municípios, porque em relação a  
435 algumas coisas ainda é no Ministério dos Transportes e trânsito, essa parte, acaba sendo no Ministério das Cidades. Então,  
436 encaminharemos uma solicitação de Moção no sentido do Conselho manifestar-se e impedir que o Governo Federal retorne  
437 o DENATRAN para o Ministério dos Transportes. **Sr. Presidente:** Só peço que o Conselheiro encaminhe em tempo hábil  
438 para constar nas pautas da próxima reunião, porque senão fica em Assuntos Gerais e aí fica mais difícil. A palavra continua  
439 à disposição. Novamente para poupar um pouco a nossa Secretária Executiva, e estou colocando em aprovação a criação  
440 da Câmara temporária para elaboração do PCPV no Estado do Rio Grande do Sul. Os Conselheiros contra a criação da  
441 Câmara manifestem-se? Os que se abstêm? **Aprovada** a criação da Câmara, por unanimidade. Depois a secretária  
442 executiva, Dona Rosaura, vai me agradecer por isso. É o CREA, o IGEA e o IBAMA. **4. Proposta de reativação da**  
443 **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental:** **Sr. Presidente:** O Dr. Manoel Augusto Coelho está presente?  
444 Passo a palavra para o Dr. Manoel Augusto Coelho, representante da Secretaria de Agricultura para que se manifeste com  
445 relação à proposta de reativação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. **Sr. Manoel Augusto da Luz**  
446 **Coelho:** Estivemos na última reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental avaliando esse texto e revendo a situação  
447 da Comissão que devido a importância dela e por um curto período esteve ativada aqui dentro da própria secretaria. Eu até  
448 gostaria de fazer uma releitura, se fosse possível, desse decreto para que as pessoas acompanhassem. **Sr. Presidente:** Os  
449 Conselheiros têm uma cópia do decreto nas pastas. **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho:** Decreto 40184 de 13 de julho de  
450 2000: "Institui a Comissão interinstitucional de Educação Ambiental e dá outras providências. O Governador do Estado do  
451 Rio Grande do Sul, nas suas atribuições, conforme o artigo considerando a distância no artigo 225, parágrafo 1º, inc. VI da  
452 Constituição Federal, considerando que as ações em educação ambiental no Estado necessitam de tomada de  
453 providências do poder público no sentido de estabelecer parâmetros, diretrizes, conteúdos, linhas de ação e outros  
454 elementos fundamentais, a execução de uma política estadual de educação ambiental, decreta que fica instituída a  
455 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental vinculada diretamente na Secretaria do Meio Ambiente com a finalidade  
456 de promover a discussão, formulação e implementação de políticas de educação ambiental no Estado. A Comissão  
457 Interinstitucional de Educação Ambiental terá as seguintes competências, que aí vejo pontos importantes de porque esse  
458 assunto vir na pauta desse Conselho. Art. 1º: gerar, acompanhar e avaliar as diretrizes das políticas estaduais de educação  
459 ambiental; Art. 2º: Fomentar parcerias entre instituições governamentais e não governamentais que tenham interesse na  
460 área de educação ambiental; Art. 3º: Apoiar a execução de atividades relacionadas a educação ambiental no âmbito do  
461 Sistema Estadual do Meio Ambiente e do Sistema Estadual de Educação; Art. 4º: Promover o intercâmbio de experiências e  
462 concepções que aprimorem a prática de educação ambiental; Art. 5º: Estimular, fortalecer, acompanhar e avaliar a  
463 implementação da política nacional de educação ambiental na qualidade de interlocutor dos Ministérios do Meio Ambiente e  
464 da Educação; Art. 6º: Promover eventos e avaliar propostas e projetos no âmbito da educação ambiental; Art. 7º: Contribuir  
465 para a consolidação de políticas públicas voltadas para educação ambiental; Art. 8º: Promover articulação dos órgãos  
466 governamentais e não-governamentais buscando a convergência de esforços para implementação da política nacional de  
467 educação ambiental e geração das diretrizes da política estadual de educação ambiental; Art. 9º: Promover o levantamento  
468 de dados que norteiem a política estadual de educação ambiental. No artigo 3º faz a formulação, a Comissão  
469 Interinstitucional, que até acho que não é um assunto mais abrangente para discussão aqui no Conselho, mas em relação a  
470 estudo a nossa preocupação como Câmara Técnica, na discussão desse assunto da reativação da Comissão, é que o  
471 assunto da questão da educação ambiental hoje é extremamente necessário para qualquer ato que se faça em questão do  
472 meio ambiente hoje em dia. Temos uma dificuldade, diante de seres humanos, de termos a questão, até aprendi no curso  
473 que fiz, que a prevenção realmente é remediação, ao invés de prevenirmos remediamos, porque os atos acontecem em  
474 muitas situações que afetam o meio ambiente e aí tomamos parte disso tudo e acabamos até tendo um desprendimento  
475 financeiro muito maior se tivéssemos ações de prevenção. Então, na questão dessa reativação dessa Comissão  
476 Interinstitucional, na questão do meio ambiente, dessa interlocução, seria uma interface que facilitaria em todas as áreas o  
477 meio ambiente para que pudéssemos colocar os planos do meio ambiente, a lei estadual e até em nível federal também, as  
478 leis com mais facilitação da implementação desses projetos em nível de educação ambiental e de política estadual de  
479 educação ambiental. **Sr. Presidente:** A palavra está à disposição. Acho que o representante da Secretaria de Cultura, o  
480 Manoel, poderia ficar à disposição para responder alguma pergunta. **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho:** Só uma questão.  
481 Não sei se veio, Carmem. Então, a Ana Lúcia que fez parte dessa Comissão quando estava constituída. Então, gostaria  
482 que ela participasse aqui comigo, até porque ela está mais interessada do assunto. **Sra. Rosane Heidrich:** Sou representante  
483 da Secretaria da Saúde e, portanto, antes de iniciar a reunião já havia lido esse documento e achei muito importante a  
484 reativação dessa Comissão. Entretanto, parece-me que poderia ser incluída saúde porque há uma interface muito grande  
485 e evidente entre ambiente e saúde e a partir de 2002, no final de 2002, em nível mundial, está-se configurando uma área de  
486 atenção em nível Brasil e também no nível mundial para atenção à saúde dentro do Ministério da Saúde e no Rio Grande do  
487 Sul; ao final de 2002, começou-se configurar o que hoje deve passar pela Assembléia Legislativa para ser aprovado  
488 formalmente como o CEVES, que vem a ser o Centro Estadual de Vigilância em Saúde, que contempla uma divisão de  
489 vigilância ambiental em saúde com várias áreas de interface com o meio ambiente, que inclusive tivemos uma reunião com

4900 Dr. Mauro em dezembro. Então, parece-me se há a possibilidade de nessa reativação incluir um representante da  
491Secretaria da Saúde seria muito bem-vindo porque ampliaria a intersetorialidade. **Sr. Presidente:** Por favor, o Conselheiro  
492Lauro. **Sr. José Lauro de Quadros:** Senhor Presidente, senhoras e Senhores Conselheiros. Peço desculpas por ter  
493chegado atrasado, mas o Dr. Ivo Lessa está bem representando a FARSUL e trazendo a presença da nossa entidade.  
494Lembro, não sei se costa em alguma Ata, que quando foi baixado esse decreto de criação dessa Comissão  
495Interinstitucional de termos manifestado que era importantíssimo que a FARSUL também estivesse presente. A FARSUL  
496tem vinculado a ela o Serviço Nacional de Aprendizado Rural, o SENAR. Tanto a política da FARSUL junto aos sindicatos  
497rurais e aos produtores rurais filiados nesse sistema FARSUL, como o SENAR, tem, no escopo do seu trabalho, a produção  
498rural sustentável, quer dizer, estamos dentro dos princípios da proteção de produzir com sustentabilidade, com proteção  
499ambiental. Não sei se posteriormente esse decreto foi ou não alterado e se não foi, então, na oportunidade da reativação  
500solicitaríamos que a FARSUL fosse incluída dentro da Comissão. **Sr. Presidente:** A palavra continua à disposição dos  
501Conselheiros. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:** Eu queria entender um pouco essa questão do decreto porque tem a  
502política nacional e teve uma época que foram, ainda no governo Fernando Henrique, criadas essas comissões e depois o  
503decreto previa o órgão gestor, mas não necessariamente com esse nome de comissão, mas um órgão gestor nesses  
504moldes mesmo. Então, o que eu queria saber é se essa Câmara Técnica de Educação Ambiental viu todos esses aspectos?  
505Porque na verdade eu não vi isso nesse momento. Quero saber se a Câmara Técnica tem clareza dessas diferenças entre  
506essa comissão que foi instituída numa época e depois não funcionou? Essa proposta que teve de Comissões  
507Interinstitucionais, porque se não me engano essas comissões vinham aleatoriamente aos conselhos, vinha a proposta de  
508se criar ignorando um pouco a questão dos Conselhos. Então, quero saber se isso foi discutido na Câmara Técnica e se o  
509decreto está dentro dos moldes desse órgão gestor de que fala a política nacional? **Sra. Carmem Franco:** Eu gostaria de  
510fazer alguns esclarecimentos. Esse decreto originou-se de uma vinda do Ministério da Educação a Porto Alegre onde o CEA  
511estava presente nessa reunião e ele escolheria criação desse grupo, dessa Comissão Interinstitucional. Foi calcada na Lei  
512Federal de Educação Ambiental e no PRONEA, que é o Programa Nacional de Educação Ambiental. Portanto, naquela  
513ocasião, atendia as disposições vigentes pelo ministério. Se após isso houve modificações no PRONEA, ou no próprio  
514Ministério em relação a essas Comissões, a Câmara Técnica de Educação Ambiental não é sabedora. Então, o nosso  
515pedido de reativação dessa comissão como uma Comissão Interinstitucional baseia-se nos fatos do momento da criação  
516dessa comissão. Não sei se o colega Manoel é sabedor de alguma outra coisa. no meu caso parece-me que, até pelas  
517informações da Dra. Ellen, que é a Presidente da Câmara, o Ministério da Educação, juntamente com o Ministério do Meio  
518Ambiente, teria mantido essas mesmas estruturas dessas comissões até com vistas à implantação dos pólos estaduais de  
519educação ambiental, que, no caso do Rio Grande do Sul, esses pólos não chegaram a serem criados, mas são previstos  
520pelo PRONEA e são previstos pela lei que institui a política nacional de educação ambiental, a chamada “Lei Fábio Feldon”.  
521**Sra. Diara Sartori:** Quero manifestar o apoio a essa reativação e gostaria também de solicitar também a inclusão da  
522gerência executiva, no caso do Núcleo de Educação Ambiental na Coordenação Executiva. Não sei se isso é possível? Tem  
523representante do Governo Federal, mas eu gostaria de participar também enquanto Gerência Executiva no âmbito do  
524Estado. **Sr. Presidente:** É que o representante do Governo Federal é o IBAMA. **Sra. Diara Sartori:** Mas, na Executiva, no  
525artigo 4º. Eu gostaria de inclusão da gerência executiva do IBAMA no artigo 4º. **Sr. Presidente:** A palavra continua à  
526disposição dos Senhores Conselheiros. Tínhamos inicialmente uma proposta da Comissão de uma Moção de apoio para  
527que o Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente reativasse a Comissão Institucional de Educação Ambiental. Não  
528tivemos nenhuma manifestação contrária do Plenário, tivemos sim solicitação de modificações no decreto que seria a  
529inclusão da Secretaria Estadual de Saúde e da FARSUL e na Comissão Executiva a inclusão do IBAMA. Vou votar em  
530bloco, acho que é possível. **Sra. Rosane Heidrich:** Acho que em função da hierarquia talvez, então, a Secretaria da Saúde  
531devesse estar também na coordenação executiva em função de que temos aí a Secretaria do Meio Ambiente, Educação e  
532como estão todas no mesmo patamar. Então, assim como a colega falou do IBAMA, lembro da Secretaria da Saúde. **Sra.**  
533**Carmem Franco:** Entendo a proposta da colega da Secretaria da Saúde e eu teria uma outra proposta para fazer. Acho que  
534poderíamos fazer essa Moção, esse pedido de uma reativação dessa comissão com um estudo, com uma reavaliação da  
535composição dessa Comissão e das atribuições, da hierarquização de cada um de nós dentro dessa Comissão. Acho que  
536nesse momento caberia uma reavaliação e um estudo dessa questão hierárquica dentro da Comissão. **Sr. Geraldo André**  
537**Susin:** Sugiro também que no parágrafo 1º, do artigo 3º, quando se fala nas entidades ambientalistas, Organizações Não-  
538governamentais, que siga também a linha do item “A”. No item “A” os representantes dos municípios são indicados pela  
539federação, pela FAMURS e pela Associação dos Municípios. Então, que as entidades ambientalistas sejam indicadas pela  
540APEDEMA, que é o órgão que congrega as entidades no Estado. É uma sugestão. Obrigado. **Sr. Presidente:** Se entendi  
541bem a proposta da Carmem Franco, seria fazer uma Moção ao Senhor Secretário de reativação da Comissão Institucional  
542de Educação Ambiental até citando o que foi citado pela Saúde, FARSUL e pelo representante da ALGA e a Comissão  
543observará as modificações necessárias para que o Governador fizesse modificações no decreto. Então, a Moção seria  
544dirigida ao Senhor Secretário do Meio Ambiente para que reativasse a Comissão Institucional de Educação Ambiental e que  
545a Comissão revisse a sua formação. É isso? Quer complementar? Por favor. **Sra. Rosane Heidrich:** Acho muito oportuna a  
546colocação da Sra. Carmem Franco e nesse momento, então, gostaria que fosse oportunizada a presença de algum  
547representante da Secretaria da Saúde para explicar essas relações saúde-ambiente que hoje estão começando a tornar-se  
548evidentes, mas não é conhecimento de todos. Então, que fosse oportunizada, num momento, a vinda de alguém para  
549representar a Secretaria da Saúde perante a Comissão para que então, pudesse realmente ser entendida a posição e o  
550papel a ser cumprido. **Sr. Presidente:** Deixa eu ver se entendi bem. A proposta, pelo que estou entendendo, coloco a palavra  
551depois à disposição de novo, é que esse Conselho faça uma Moção ao Senhor Secretário de Meio Ambiente para

552reativação da Comissão Institucional de Educação Ambiental e na primeira reunião da Comissão seja reavaliado o decreto e  
553com a presença da Secretaria da Saúde, da FARSUL e do IBAMA, pelo menos esses órgãos e outros que queiram  
554participar, para que o decreto seja, posteriormente, mudado com assentimento da própria Comissão. É isso? Os  
555Conselheiros que não aprovam a Moção dirigida ao Senhor Secretário de Meio Ambiente, por favor, manifestem-se.  
556Alguém se abstém? **Aprovada**, por unanimidade o envio da Moção. Conselheiro Cunha o senhor não estava, mas invertei a  
557votação para a Rosaura não ficar contando os votos por muito tempo. **6. Assuntos Gerais: Sr. Presidente:** Temos uma  
558Minuta de Resolução que nos foi encaminhada pelo Senhor Presidente do CONSEMA, Prof. Claudio Dilda solicitando o seu  
559encaminhamento à Câmara de Gestão das Águas. Os Senhores receberam uma cópia, acredito que infelizmente hoje, com  
560relação a essa Resolução. Tem uma série de Considerandos que não vou ler, mas seja como for é para encaminhamento à  
561Câmara de Gestão das Águas. Coloco a palavra à disposição dos Senhores Conselheiros. Essa era a Resolução que o Dr.  
562Palombine tinha-se referido ainda há pouco. **Sr. Marcos Palombine:** Senhor Presidente, só para justificar que no Ofício que  
563foi para a Secretaria da Agricultura não consta o item Assuntos Gerais, por isso que talvez tenha motivado a minha falta de  
564conhecimento. **Sr. Presidente:** Pode ter sido uma falha. Não tem problema. Por favor, o microfone. **Sr. Valtemir**  
565**Goldmeier:** Só gostaria de manifestar-me que além da Câmara Técnica de Gestão das Águas, entendo que esse assunto  
566também deva passar também pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Vai acabar interferindo nos licenciamentos  
567ambientais de impacto local. Então, gostaria de fazer esse pedido que deveria também passar por essa Câmara Técnica.  
568**Sr. Presidente:** Algum outro Conselheiro deseja manifestar-se? Então, em votação o encaminhamento da Minuta de  
569Resolução do CONSEMA para as duas Câmaras, uma de Gestão das Águas e a outra de Gestão Compartilhada da  
570sugestão apresentada pelo Sr. Presidente do CONSEMA. Alguém é contra? O senhor tinha que se manifestar. **Sr. Ivo**  
571**Lessa Silveira:** Entendo também que essa Minuta poderia passar pela Câmara Técnica da Agropecuária, que envolve  
572bastante atividades agrícolas. Então, seria interessante passar pela Câmara Técnica. **Sr. Roberto Carlos d Silva Alves:**  
573Além da Câmara Técnica de Agropecuária não sei se já não é de praxe que passe pela Câmara Técnica de Assuntos  
574Jurídicos. **Sr. Presidente:** Ela passa de praxe. Alguma outra manifestação? Em votação. Os Conselheiros contrários ao  
575encaminhamento para a Câmara Técnica de Agropecuária, gestão das Águas e Gestão Compartilhada manifestem-se? Os  
576que se abstém? **Aprovado** o encaminhamento, por unanimidade, para as três Câmaras Técnicas. A palavra está aberta  
577para Assuntos Gerais. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Em nome da FAMURS temos uma preocupação em função  
578de ser um ano eleitoral, de uma série de coisas e os municípios também têm as suas questões locais e têm que cumprir  
579com a Lei de Responsabilidade Fiscal; Esse ano está prevista a Conferência Estadual do Meio Ambiente. Então, estamos  
580bastante preocupados porque há a necessidade de uma mobilização para que possamos fazer uma Conferência passando  
581pelos três níveis, principalmente pelo nível municipal, local, depois alguma coisa em nível regional para chegarmos na nossa  
582conferência estadual. Então, temos uma preocupação muito grande e em relação a isso eu gostaria de pedir que se não na  
583próxima pelo menos na reunião de abril, do CONSEMA, esse assunto fosse trazido para o Plenário e que fosse dado o  
584início do processo, porque há necessidade, não sei se no Estado tem orçamento disponível para isso porque vai ter custo,  
585para não acontecer como aconteceu com outros eventos aonde faltando 15, 20 dias tínhamos que sair atrás de patrocínios  
586para tentar viabilizar o evento. Então, como é um ano que está prevista a nossa Conferência faço esse apelo, já fiz esse  
587apelo na última reunião, e reitero dentro do meu apelo em relação ao orçamento do Estado e gostaria, se fosse possível,  
588que numa próxima reunião fosse disponibilizado aos Conselheiros o que temos de orçamento na Secretaria de Meio  
589Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul para esse ano de 2004 e gostaria que todos os Conselheiros tivessem essa  
590informação. Por isso que pedi, na última reunião, que na reunião de setembro discutíssemos o orçamento da área ambiental  
591para o ano de 2005, antes de ir para a Assembléia. Obrigado. **Sr. Presidente:** Com relação à manifestação do Conselheiro  
592representante da FAMURS à Presidência do CONSEMA irá enviar um Ofício ao Sr. Secretário de Meio Ambiente solicitando  
593que se possível já na próxima reunião de março manifeste-se sobre o tema. **Sr. Marcos Palombine:** Aqui na Minuta de  
594Resolução do CONSEMA constatei não estar previsto nenhuma norma quanto ao tráfego de cargas tóxicas em BRs que  
595atravessam as bacias de capacitação. Não sei se já existe alguma legislação e acho que é um risco permanente que os  
596mananciais que abastecem as cidades correm com o tráfego de cargas tóxicas que cada vez é mais intenso por via  
597rodoviária. **Sr. Presidente:** A manifestação do Dr. Palombine refere-se a questão da Minuta que vai ser encaminhada para  
598as três Câmaras e como se trata de Minuta a sugestão do Dr. Palombine vem aprimorar o instrumento, já existem diversas  
599legislações que tratam do assunto do transporte de produtos perigosos, inclusive na área ambiental e na área de  
600transportes e poderiam ser agregadas novas sugestões por parte desse Conselho na Resolução, principalmente relativo a  
601planejamentos, ou seja, vamos planejar que os produtos perigosos não passem onde não devem, tipo a barragem em  
602Pelotas. Mas, é boa a contribuição do Dr. Palombine e espero que a Secretaria de Agricultura participe das Câmaras para  
603aprimorar esse instrumento administrativo. **Sr. Presidente:** A palavra continua à disposição em Assuntos Gerais. **Sr. Ivo**  
604**Lessa Silveira:** Aproveitando a deixa do Dr. Lauro quero comunicar ao CONSEMA que estamos realizando do dia 5 a 7 de  
605março, em Santa Vitória do Palmar, a 14ª Abertura da Colheita do Arroz no Estado e no dia 5, à tarde, a partir das 17 horas,  
606temos o painel “Água e Meio Ambiente” onde foi convidado a SEMA, a FEPAM, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente.  
607Então, tentamos fazer um debate sobre as questões ambientais ligadas à lavoura de arroz e a água no local. Sabemos que  
608é uma região de grande impacto e grande interesse, tanto na questão ambiental como na questão da orizicultura. Era só  
609isso. **Sr. Presidente:** Agradecemos o convite e gostaríamos de lembrar o setor produtivo que esse Conselho aprovou e  
610vence dia 31 de março, desse ano, a Resolução que trata do licenciamento do setor irrigante. Até o momento, pelos nossos  
611cálculos, 60% da área irrigada está licenciada, ainda falta 40% que pode aproveitar esse sistema para licenciamento. Volto  
612a frisar o que disse numa outra reunião que quando do programa de regularização da atividade irrigante que vai ter que ser  
613feito em função da Resolução CONSEMA, que o Ministério Público Federal e Estadual já nos alertaram que é para dar

40

41

614prioridade para quem não se licenciou por esse sistema. Espero que o setor produtivo esteja alerta para esse fato. A palavra  
615continua à disposição. Espero não ter conduzido de maneira muito rápida esse encontro. Já que não há mais manifestação  
616agradeço a presença de todos nesse Conselho. Muito obrigado e até a próxima reunião. ( Encerra-se a reunião às  
61715h42min).